

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
Nº 005/2009-TJ/PA, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR  
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARÁ E O MUNICÍPIO DE  
MARACANÃ, ATRAVÉS DA PREFEITURA  
MUNICIPAL.**

O **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, Bairro do Souza, Estado do Pará, CEP 66.613-710 e inscrição no CNPJ/MF nº 04.567.897/0001-90, doravante denominado **CONVENENTE**, neste ato representado por seu Presidente Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**, portador da carteira de identidade nº 2313455 SSP/PA, inscrito no CPF nº 038.412.942-00, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado o **MUNICÍPIO DE MARACANÃ**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL**, com sede na Avenida Magalhães Barata, s/nº. Centro, Maracanã/PA, cep.: 68.710-000, inscrito no CNPJ/MF nº 04.880.258/0001-80, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **AGNALDO MACHADO DOS SANTOS**, portador da carteira de identidade nº 1944289 SSP/PA, inscrito no CPF nº 134.090.852-20, residente e domiciliado no município de Maracanã, Estado do Pará, doravante denominado **CONVENIADO**, acordaram e ajustaram celebrar o presente Convênio de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições que seguem, com fundamento nas disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Convênio a Cooperação Técnica entre os partícipes, visando a cessão de servidores para a realização de ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento das atividades necessárias à modernização da Justiça no Município.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O quantitativo de servidores a serem cedidos pelos partícipes, será determinado de acordo com a necessidade de realização dos serviços.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES**

1. Compete ao **CONVENENTE**:

1.1 – Disponibilizar as condições necessárias para realização das ações propostas no presente Instrumento;

1.2 – Encaminhar, mensalmente, ao **CONVENIADO**, a frequência dos servidores que venham a ser cedidos, por força deste Convênio.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

2. Compete ao **CONVENIADO**:

2.1 – Ceder, para o **CONVENENTE**, servidores de seu quadro de pessoal ou aqueles por ele contratados especificamente por força deste Convênio, para viabilizar a realização do objeto pretendido;

2.2 - Custear as despesas relativas aos vencimentos dos servidores ora cedidos, arcando ainda com toda e qualquer vantagem ou encargos, tributos, indenizações e outros ônus que porventura venham a incidir sobre os mesmos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Excepcionalmente, por razões de interesse público e havendo disponibilidade orçamentária, poderá a cessão ocorrer com ônus para o **CONVENENTE**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

O presente Convênio terá vigência de 03 (três) anos, tendo início em 29 de maio de 2009 e término em 29 de maio de 2012, em conformidade com o disposto na Lei nº. 8.666/93, artigo 57, § 3º, podendo ser alterado ou renovado caso haja interesse dos partícipes.

**CLÁUSULA QUARTA – DA EFETIVAÇÃO DA CESSÃO**

A efetivação da cessão dar-se-á através de Portaria, onde constará o ônus da cedência.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

Em nenhuma hipótese, a cessão dos servidores entre os Partícipes resultará em contrato de trabalho com vínculo empregatício perante o Órgão Cessionário.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA**

Este Convênio poderá ser denunciado por qualquer um dos Partícipes, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das atividades em andamento, que deverão ser perfeitamente concluídas.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O presente Convênio será publicado pelo **CONVENENTE**, no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias contados de sua assinatura.

**CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

Fica eleito o Fórum de Belém, capital do estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir controvérsias decorrentes da execução do presente Convênio. E, por estarem de acordo e compromissados, assinam este instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam, em 03 (três) vias de igual teor e forma para todos os fins legais.

Belém, 29 de maio de 2009.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
**RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**  
Desembargador Presidente

Prefeitura Municipal de Maracanã  
**AGNALDO MACHADO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

Testemunhas:

1. Arturo Caim de Oliveira

NOME: Arturo Caim de Oliveira

CPF: 673.268.112-53

2. JAQUELINE EMIM MOTA

NOME: Jaqueline Emim Mota

CPF: 714.637.632-04



DIÁRIO OFICIAL Nº. 31437 de 10/06/2009

**OUTROS**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**

EXTRATO DE CONVÊNIO

Número de Publicação: 6126

Extrato do Convênio nº. 005/2009-TJE//Tribunal de Justiça do Estado do Pará e o Município de Maracanã//Objeto: Cooperação técnica entre os partícipes, visando a cessão de servidores para a realização de ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento das atividades necessárias à modernização da Justiça no Município//Vigência: início 29/05/2009 e término em 29/05/2012//Valor: sem valor//Data da assinatura: 29/05/2009// Responsável pela assinatura: Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes – Presidente do TJE